



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SOCIOECONÔMICO - DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL  
Campus Reitor João David Ferreira Lima – Trindade – CEP 88040-900 – Florianópolis/SC  
Contatos: Tel +55 (48) 3721-3800 - Fax +55 (48) 3721-9990 dss@contato.ufsc.br | www.dss.ufsc.br

## - Plano de Ensino -

### 1. Disciplina: Tópicos Especiais em Política Social <sup>1</sup>

**Código: DSS 7182 (optativa) - Turma:**

Carga Horária: 72 h semestrais/ 4 h semanais                      Semestre: 2019.1

**Professoras: Carla Rosane Bressan** ( [prof.carlabressan@gmail.com](mailto:prof.carlabressan@gmail.com))

e **Rúbia dos Santos Ronzoni** ( [rubia.santos@ufsc.br](mailto:rubia.santos@ufsc.br) )

### 2. Ementa

Do conceito de “menor” a construção do conceito de criança e adolescente. Estatuto da Crianças e Adolescente- ECA: princípios e fundamentos. Sistema de Garantia dos Direitos – SGD. Medidas de Proteção Social e Medidas Socioeducativas. A execução de medidas socioeducativas em meio fechado e em meio aberto no âmbito das políticas. Interface SINASE e SUAS. Organização do sistema socioeducativo em Santa Catarina. O Serviço Social na atenção à adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.

#### 1. Objetivo Geral

Proporcionar ao estudante a compreensão do reordenamento jurídico-institucional que ocorreu a partir da aprovação do *Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA* principalmente no que tange: a constituição do Sistema de Garantia dos Direitos (SGD), de modo especial as medidas nele previsto, sua execução no âmbito das políticas públicas e a intervenção do Serviço Social nesse espaço sociocupacional.

#### 3.1 Objetivos Específicos

- Compreender como, a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e a constituição do Sistema de Garantia de Direitos, as políticas sociais públicas tem o papel de concretizar direitos;
- Identificar as medidas especiais previstas no ECA, suas finalidades e modos de operacionalização no âmbito das políticas públicas;
- Reconhecer as Interface SINASE e SUAS;
- Identificar a organização do sistema socioeducativo em Santa Catarina;
- Debater sobre a atuação do profissional de Serviço Social atenção à adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.

<sup>1</sup> Plano de Ensino, orientações pedagógicas e documentos/textos estão disponíveis no Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem (AVEA) de apoio aos cursos presencial – **Moodle nos Cursos Presenciais da UFSC** - <http://moodle.ufsc.br/> - ambiente específico da disciplina.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SOCIOECONÔMICO - DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL  
Campus Reitor João David Ferreira Lima – Trindade – CEP 88040-900 – Florianópolis/SC  
Contatos: Tel +55 (48) 3721-3800 - Fax +55 (48) 3721-9990 dss@contato.ufsc.br | www.dss.ufsc.br

## - Plano de Ensino -

### 4. Conteúdo Programático

#### Unidade I – ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – ECA, SISTEMA DE GARANTIA DOS DIREITOS –SGD E AS MEDIDAS ESPECÍFICAS PREVISTAS A PARTIR DO REORDENAMENTO JURÍDICO – INSTITUCIONAL

- Do conceito de “menor” a construção do conceito de criança e adolescente.
- Estatuto da Criança e Adolescente- ECA: princípios e fundamentos.
- Sistema de Garantia dos Direitos – SGD.
- Medidas específicas previstas no ECA: Medidas de Proteção Social e Medidas Socioeducativas.
- Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE)
- Organização do sistema socioeducativo em Santa Catarina: meio fechado

#### Referências:

1. BRASIL. **Lei n. 8069 de 13 de julho de 1990** - dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.
2. \_\_\_\_\_. **Sistema Nacional de Atendimento Sócioeducativo (SINASE)**. Sub-Secretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente / SEDH e Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA). Brasília, junho, 2006.
3. CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Resolução nº 113/2006. Dispõe sobre os parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. Conanda. D.F. Disponível: <https://www.direitosdacrianca.gov.br/conanda/resolucoes/113-resolucao-113-de-19-de-abril-de-2006/view>
4. BRESSAN, Carla Rosane. **Infância e adolescência: entre avanços e retrocessos, um longo caminho para a garantia dos direitos da criança e adolescente**. Sistematização da exposição realizada na Sessão Temática do dia 21 de maio de 2016 no 4º SIMPÓSIO MINEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, em Belo Horizonte, Minas Gerais. Disponível: <http://www.cress-mg.org.br/Upload/Pics/df/dfd22d24-8740-42e4-89ef-a1044ffd8ac6.pdf>
5. CRAIDY, Carmen M. “Da doutrina da Proteção Integral aos impasses da execução das medidas socioeducativas”. In: Prêmio Sócio-Educando - 3ª Edição : práticas promissoras, garantindo direitos e políticas públicas. São Paulo: Instituto Latino Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente: Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República - SDH-PR, 2010.p. 53-65.
6. MIRIAM -- BAPTISTA, Myrian Veras. Algumas reflexões sobre o sistema de garantia de direitos. In.: **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, n.109, jan/mar.2012. Pag. 179-199. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n109/a10n109.pdf>
7. SIMÕES Neto, Jose Pedro. **Garantindo direitos? O atendimento socioeducativo no Estado de Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC/Pró-Reitoria de Extensão, 2012. (mimeo)
8. VIEIRA, Cleverton Elias. Da categoria menor à categoria criança e adolescente: o advento da Doutrina Jurídica da Proteção Integral. In: **Educação em direitos humanos: discursos críticos e temas contemporâneos**. Florianópolis, Ed. da UFSC, 2008. Pag.181-191.
9. Vídeo – Palestra Antônio Carlos Gomes da Costa (domínio público – <https://www.youtube.com/watch?v=It-bZaFuXP0> e <https://www.youtube.com/watch?v=7S9Jv9v0deA> )



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SOCIOECONÔMICO - DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL  
Campus Reitor João David Ferreira Lima – Trindade – CEP 88040-900 – Florianópolis/SC  
Contatos: Tel +55 (48) 3721-3800 - Fax +55 (48) 3721-9990 dss@contato.ufsc.br | www.dss.ufsc.br

### - Plano de Ensino -

10. Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania - Departamento de Administração Socioeducativo/DEASE site oficial: <http://www.dease.sc.gov.br/>

## Unidade II – MEDIDAS SOCIEDUCATIVAS E A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

- Interface SINASE e SUAS;
- Socioeducação: princípios;
- A execução de medidas socioeducativas em meio aberto no âmbito da Política de Assistência Social;
- Organização do sistema socioeducativo em Santa Catarina: meio aberto;
- O Serviço Social na atenção à adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.

### Referências

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Caderno de Orientações Técnicas: Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília (DF): 2010.

FREITAS, Tais P. Serviço Social e medidas socioeducativas: o trabalho na perspectiva da garantia de direitos. In.: **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, n.105, jan/mar. 2011. P. 30-49.

FUCHS, Andreia L, MEZENCIO, Marcia de S, TEIXEIRA, Maria de L. T. Socioeducação: Práticas e metodologias de atendimento. In: Escola Nacional do Socioeducação, Módulo V. [http://ens.sinase.sdh.gov.br/ens2/index.php?option=com\\_content&view=article&id=97:modulo-5-socioeducacao-praticas-e-metodologias-de-atendimento-em-meio-aberto&catid=67&Itemid=250](http://ens.sinase.sdh.gov.br/ens2/index.php?option=com_content&view=article&id=97:modulo-5-socioeducacao-praticas-e-metodologias-de-atendimento-em-meio-aberto&catid=67&Itemid=250)

MARQUES, et.al Desafios para a Implementação do SINASE e garantia de direitos humanos dos adolescentes em conflito com a lei. Resumo de mesa coordenada. VI jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luiz do Maranhão, 2013. <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/mesastematicas/desafiosparaimplementacaodosinaseegarantiadedireitos.pdf>

MOREIRA, Celeste A. B.D. Socioeducação>críticas sobre as medidas socioeducativas em tempos de SINASE. IN: **Serviço Social & Realidade, Franca, v. 22, n. 2, 2013** <https://ojs.franca.unesp.br/index.php/SSR/article/viewFile/2462/2170>

Relatório “Pesquisa de Medidas Socioeducativa em Meio Aberto-2018”. Ministério do Desenvolvimento Social Secretaria Nacional de Assistência Social Departamento de Gestão do SUAS /Departamento de Proteção Social Especial. Disponível em: <http://blog.mds.gov.br/redesuas/pesquisa-mse/>

## 5. Metodologia

As aulas serão expositivas e dialogadas, privilegiando os momentos específicos de discussão e debate sobre dúvidas, posicionamentos e divergências. É imprescindível a prévia leitura individual



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SOCIOECONÔMICO - DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL  
Campus Reitor João David Ferreira Lima – Trindade – CEP 88040-900 – Florianópolis/SC  
Contatos: Tel +55 (48) 3721-3800 - Fax +55 (48) 3721-9990 dss@contato.ufsc.br | www.dss.ufsc.br

### - Plano de Ensino -

e/ou coletiva da bibliografia definida.

Está previsto a utilização de diferentes recursos didáticos como: PowerPoint, vídeos, artigos de jornais e revistas, filmes, etc... tendo como finalidade contribuir no desenvolvimento da disciplina.

No desenvolvimento da disciplina será utilizado sistematicamente o Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem (AVEA) de apoio aos cursos presencial – **Moodle nos Cursos Presenciais da UFSC** - <http://moodle.ufsc.br/> - espaço específico da disciplina para: troca de mensagens e orientações das atividades pedagógicas; controle de faltas; meio de divulgação de notas e disponibilizar os documentos/textos em PDF.

#### **Da liberdade de ensino e de pensamento:**

As aulas estão protegidas pelo direito autoral e, portanto, a reprodução de todo e qualquer material didático-pedagógico só é possível com a prévia autorização do(a) docente. A não observância dessa regra pode ensejar, por parte do(a) professor(a), pedido judicial de indenização. Com base em prerrogativas constitucionais e infraconstitucionais fica proibida a gravação e filmagem das aulas. O(a) estudante que desrespeitar esta determinação estará sujeito(a) a sanções disciplinares previstas no Capítulo VIII, Seção I, da Resolução 017/CUn/1997.

## **6. Avaliação**

O processo de avaliação compreenderá a participação nas aulas e debates (sendo necessário o cumprimento de 75% de presença – cfme legislação vigente), a realização das leituras obrigatórias.

O rendimento será obtido por meio de 02 (duas) avaliações, sendo uma para cada unidade:

1ª - **Unidade I** - prova escrita (10,0);

2ª- **Unidade II** – elaboração de **um trabalho final (ou artigo)** em até 3 membros (10,0).

O conteúdo do texto, além da introdução e considerações finais, deverá conter dois itens:

O primeiro denominado: **Análise do desenho do sistema em Santa Catarina** (como está e as incoerências/dificuldades do sistema catarinense), aqui o grupo poderá escolher entre meio aberto e meio fechado.

O segundo – abordando uma temática de livre escolha do grupo, decorrente da construção do item anterior (por exemplo: medidas socioeducativas de meio fechado e suas incoerências, medidas socioeducativas de meio aberto e suas dificuldades, sinase/suas e dificuldades do cumprimento, desafios do serviço social atuar no campo...etc....).

O texto/artigo temático deve conter entre 06 a 08 páginas de texto contendo a sistematização da temática escolhida seguindo às orientações que serão apresentadas no momento do encaminhamento.

#### **Convenções:**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**CENTRO SOCIOECONÔMICO - DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**  
Campus Reitor João David Ferreira Lima – Trindade – CEP 88040-900 – Florianópolis/SC  
Contatos: Tel +55 (48) 3721-3800 - Fax +55 (48) 3721-9990 dss@contato.ufsc.br | www.dss.ufsc.br

**- Plano de Ensino -**

- Em caso de não comparecimento no dia da avaliação, ou atrasos de entrega, poderá ser realizada segunda chamada, de acordo com autorização da coordenação do curso;
- Nas avaliações escritas serão consideradas as Normas da ABNT; o uso correto da língua portuguesa; Entrega no prazo; Conteúdo.
- A identificação de plágio, remete ao cancelamento da avaliação e atribuição de nota zero (0,0) no respectivo item de avaliação.
- Bom senso no uso do celular.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SOCIOECONÔMICO - DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL  
Campus Reitor João David Ferreira Lima – Trindade – CEP 88040-900 – Florianópolis/SC  
Contatos: Tel +55 (48) 3721-3800 - Fax +55 (48) 3721-9990 dss@contato.ufsc.br | www.dss.ufsc.br

- Plano de Ensino -

7. Cronograma

Cronograma de aulas e atividades /DISCIPLINA: DSS 7123

Turma: 06309 (matutino) semestre - 2019/1

Professoras: Carla Rosane Bressan ([prof.carlabressan@gmail.com](mailto:prof.carlabressan@gmail.com))

Rúbia dos Santos Ronzoni ([rubia.santos@ufsc.br](mailto:rubia.santos@ufsc.br))

Data	Conteúdo	Referências
13.03	<ul style="list-style-type: none"><li>- Proposta do plano de ensino da disciplina;</li><li>- Orientações sobre Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem (AVEA).</li><li>- Aula Introdutória</li></ul>	<p>Plano de ensino e</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Acesso <a href="http://moodle.ufsc.br/">http://moodle.ufsc.br/</a></li><li>- Introdução: Criança e Adolescente – enquanto conceitos historicamente construídos</li><li>*encaminhar: assistir filme: O contador de histórias (disponível moodle) para próxima aula e leitura texto VIEIRA</li></ul>
20.03	<p><b>UNIDADE I - ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – ECA, SISTEMA DE GARANTIA DOS DIREITOS –SGD E AS MEDIDAS ESPECÍFICAS PREVISTAS A PARTIR DO REORDENAMENTO JURÍDICO – INSTITUCIONAL</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Do conceito de “menor” a construção do conceito de criança e adolescente.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Debate filme</li><li>- Síntese processo histórico atenção à infância brasileira;</li></ul> <p><i>Texto:</i></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• VIEIRA, Cleverton Elias. Da categoria menor à categoria criança e adolescente: o advento da Doutrina Jurídica da Proteção Integral. In: <b>Educação em direitos humanos: discursos críticos e temas contemporâneos</b>. Florianópolis, Ed. da UFSC, 2008. Pag.181-191.</li></ul>
27.03	<ul style="list-style-type: none"><li>• Estatuto da Crianças e Adolescente-ECA: princípios e fundamentos.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• BRASIL. <b>Lei n. 8069 de 13 de julho de 1990</b> - dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.</li><li>• Vídeo – Palestra Antonio Carlos Gomes da Costa (disponível Moodle)</li></ul>
03.04	<ul style="list-style-type: none"><li>• Sistema de Garantia dos Direitos – SGD.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• CONANDA. Resolução nº 113/2006.</li><li>• BAPTISTA, Myrian Veras. Algumas reflexões sobre o sistema de garantia de direitos. In.: <b>Serviço Social e Sociedade</b>. São Paulo: Cortez, n.109, jan/mar.2012. Pag. 179-199.Disponível: <a href="http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n109/a10n109.pdf">http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n109/a10n109.pdf</a></li><li>• BRESSAN, Carla Rosane. <b>Infância e adolescência: entre avanços e retrocessos, um longo caminho para a garantia dos direitos da criança e adolescente</b>. Sistematização da exposição realizada na Sessão Temática do dia 21 de maio de 2016 no 4º SIMPÓSIO MINEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, em Belo Horizonte, Minas Gerais. Disponível: <a href="http://www.cress-mg.org.br/Upload/Pics/df/dfd22d24-8740-42e4-89ef-a1044ffd8ac6.pdf">http://www.cress-mg.org.br/Upload/Pics/df/dfd22d24-8740-42e4-89ef-a1044ffd8ac6.pdf</a></li></ul>
10.04	<ul style="list-style-type: none"><li>• Medidas específicas previstas no ECA: Medidas de Proteção Social e Medidas Socioeducativas</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• BRASIL. <b>Lei n. 8069 de 13 de julho de 1990</b> - dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.</li><li>• CRAIDY, Carmen M. “Da doutrina da Proteção Integral aos impasses da execução das medidas socioeducativas”. In: Prêmio Sócio-Educando - 3ª Edição : práticas promissoras, garantindo direitos e políticas públicas. São Paulo: Instituto Latino Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente: Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República - SDH-PR, 2010.p. 53-65.</li></ul>
17.04	<ul style="list-style-type: none"><li>• Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE)</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• BRASIL. <b>Sistema Nacional de Atendimento Sócioeducativo (SINASE)</b>. Sub-Secretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente/SEDH e Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA). Brasília, junho, 2006.</li></ul>



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SOCIOECONÔMICO - DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL  
Campus Reitor João David Ferreira Lima – Trindade – CEP 88040-900 – Florianópolis/SC  
Contatos: Tel +55 (48) 3721-3800 - Fax +55 (48) 3721-9990 dss@contato.ufsc.br | www.dss.ufsc.br

- Plano de Ensino -

24.04	<ul style="list-style-type: none"><li>Organização do sistema socioeducativo em Santa Catarina: meio fechado</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>SIMÕES Neto, Jose Pedro. <b>Garantindo direitos? O atendimento socioeducativo no Estado de Santa Catarina</b>. Florianópolis: UFSC/Pró-Reitoria de Extensão, 2012. (mimeo).</li><li>Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania - Departamento de Administração Socioeducativo/DEASE site oficial: <a href="http://www.dease.sc.gov.br/">http://www.dease.sc.gov.br/</a></li></ul>
08.05	<b>PROVA DE UNIDADE I</b>	<b>* Via Moodle – oneline</b> *Primeira avaliação – Prof. Carla
15.05	<b>UNIDADE II - MEDIDAS SOCIEDUCATIVAS E A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL</b>	Introdução SUAS e SINASE
22.05	<ul style="list-style-type: none"><li>Medidas socioeducativas em meio aberto no âmbito da Política de Assistência Social</li></ul>	Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Caderno de Orientações Técnicas: Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília (DF): 2010.
29.05	<ul style="list-style-type: none"><li>Desafios SINASE e SUAS</li></ul>	Texto: MARQUES, et.al Desafios para a Implementação do SINASE e garantia de direitos humanos dos adolescentes em conflito com a lei. Resumo de mesa coordenada. VI jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luiz do Maranhão, 2013. <a href="http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/mesas-tematicas/desafiosparaimplementacaodosinaseegarantiadedireitos.pdf">http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/mesas-tematicas/desafiosparaimplementacaodosinaseegarantiadedireitos.pdf</a>
05.06	<ul style="list-style-type: none"><li>Socioeducação</li></ul>	Texto: FUCHS, Andreia L, MEZENCIO, Marcia de S, TEIXEIRA, Maria de L. T. Socioeducação: Praticas e metodologias de atendimento. In: Escola Nacional do Socioeducação, Modulo V. <a href="http://ens.sinase.sdh.gov.br/ens2/index.php?option=com_content&amp;view=article&amp;id=97:modulo-5-socioeducacao-praticas-e-metodologias-de-atendimento-em-meio-aberto&amp;catid=67&amp;Itemid=250">http://ens.sinase.sdh.gov.br/ens2/index.php?option=com_content&amp;view=article&amp;id=97:modulo-5-socioeducacao-praticas-e-metodologias-de-atendimento-em-meio-aberto&amp;catid=67&amp;Itemid=250</a>
12.06	<ul style="list-style-type: none"><li>SINASE e SUAS no Estado de SC</li></ul>	Texto: MOREIRA, Celeste A. B.D. Socioeducação>críticas sobre as medidas socioeducativas em tempos de SINASE. IN: <i>Serviço Social &amp; Realidade, Franca, v. 22, n. 2, 2013</i> <a href="https://ojs.franca.unesp.br/index.php/SSR/article/viewFile/2462/2170">https://ojs.franca.unesp.br/index.php/SSR/article/viewFile/2462/2170</a> <b>*Orientação sobre o trabalho final</b>
19.06		Convidado externo e debate
26.06	<ul style="list-style-type: none"><li>Atuação do Serviço Social</li></ul>	Texto: FREITAS, Tais P. Serviço Social e medidas socioeducativas: o trabalho na perspectiva da garantia de direitos. In.: <b>Serviço Social e Sociedade</b> . São Paulo: Cortez, n.105, jan/mar. 2011. P. 30-49.
03.07		<ul style="list-style-type: none"><li>Entrega trabalho final</li></ul>
10.07	<b>Prova de Recuperação</b> <b>Entrega das Notas no DSS e divulgação no AVEA</b>	



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SOCIOECONÔMICO - DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL  
Campus Reitor João David Ferreira Lima – Trindade – CEP 88040-900 – Florianópolis/SC  
Contatos: Tel +55 (48) 3721-3800 - Fax +55 (48) 3721-9990 dss@contato.ufsc.br | www.dss.ufsc.br

## - Plano de Ensino -

### 8. Referências Complementares

CABRAL, E. Sistema de Garantia de Direitos: um caminho para a Proteção Integral. Recife: **Coleção Cadernos CENDHEC**, vol. 8, 1999.

**Direitos Humanos de crianças e adolescentes – 20 anos do Estatuto**. Brasília, DF:Secretaria de Direitos Humanos, 2010 (cap. 3/4/5).

FERNANDES, V.M. **O adolescente infrator e a liberdade assistida**. Rio, CBCISS, 1998

MARCILIO, Maria Luiza. **História social da criança abandonada**. São Paulo: Hucitec, 1998.

PEREIRA, R. **Movimento de defesa dos direitos da criança e do adolescente**: do alternativo ao alterativo. São Paulo, 1998. 154p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, PUC/SP.

PRIORE, M. (org.) **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

RIZZINI, I. (org.) **Olhares sobre a criança no Brasil - Séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Amais, 1997.

ROSA, E. T. S. Adolescente com prática de ato infracional: a questão da inimputabilidade penal. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, n. 67, 2011.

SALES, M.A. (In) **Visibilidade perversa**: adolescentes infratores como metáfora da violência. São Paulo: Cortez, 2007.

SOUZA, M. P Proteção integral e ato infracional: um estudo em Santa Catarina. **Revista Katálysis**. Florianópolis: Editora da UFSC, vol. 7, n° 2, jul./dez 2004, p.227-238.

TEIXEIRA, M.L. **Liberdade assistida**: uma questão em aberto. São Paulo: IEE/PUC, 1994.